

**HABEAS CORPUS Nº 515.505 - MG (2019/0168391-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : PAULO HENRIQUE CUNHA E OUTROS  
**ADVOGADOS** : PAULO HENRIQUE CUNHA - MG182753  
CLEITON AFONSO MACHADO - MG189211  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : TIAGO GRACIANO ALMEIDA DE SOUZA (PRESO)  
**PACIENTE** : IGOR GRACIANO DE ALMEIDA (PRESO)

**DECISÃO**

Por meio deste *habeas corpus*, pretende-se a imediata revogação da prisão preventiva – sem prejuízo da aplicação de medidas cautelares alternativas – decretada contra **Tiago Graciano Almeida de Souza e Igor Graciano de Almeida** no Processo n. 0021426-50.2018.8.13.0115, da comarca de Campos Altos/MG (em que se apura a suposta prática do crime de homicídio qualificado tentado), ao argumento, em suma, de que a custódia está amparada na gravidade abstrata do delito e em fundamentação genérica.

Insurgem-se os impetrantes contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais no HC n. 1.0000.19.055397-4/000.

É o relatório.

À primeira vista, não me deparo com o *fumus boni iuris*, pois o Juiz de primeiro grau, ao decretar a prisão preventiva dos pacientes, considerou que (fl. 18 – grifo nosso):

[...]

No caso vertente, a custódia dos acusados é medida salutar para garantir a ordem pública e assegurar a aplicação da lei penal. Ora, os acusados respondem ao delito tipificado no artigo artigos 121, § 2º, inciso I, c/c 14, II, ambos do Código Penal, crime doloso, cuja pena máxima supera em muito os 04 (quatro) anos de reclusão estando presente, portanto, a situação descrita no artigo 313, I, do Código de Processo Penal.

Impende destacar que o crime de em questão reveste-se de **grande gravidade e da maior perniciosidade, na medida em que atenta contra a vida da pessoa humana, além de decorrer da prática de inúmeras outras infrações por parte de representados, inclusive indícios de envolvimento com o tráfico ilícito de entorpecentes nesta cidade**, conforme relatado pela autoridade policial, trazendo grande insegurança social, o que demanda resposta rápida e enérgica por parte do Poder Judiciário, a fim de evitar sua proliferação.

**Por outro lado, os representados são indivíduos conhecidos dos policiais locais, conforme relatado pela autoridade policial, pelo envolvimento com o submundo do crime, havendo indícios, como já ressaltado, da realização do tráfico de drogas nesta urbe.**

De fato, através dos elementos colhidos aos autos, há razões suficientes para se crer que, em liberdade, os acusados poderiam constranger as testemunhas, prejudicando a instrução processual. Não obstante, poderão novamente investir na prática de novos delitos, de modo que sua custódia cautelar é necessária para garantia da ordem pública e para a conveniência da instrução penal.

[...]

A circunstância acima descrita configura elemento apto a evidenciar risco concreto de reiteração delitiva e autoriza a decretação da prisão preventiva para a garantia da ordem pública e conveniência da instrução penal.

**Indefiro**, portanto, o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo da comarca de Campos Altos/MG, especialmente, sobre o andamento da ação penal e a atual situação dos pacientes.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator